

Jornal Boca de Rua - cidadania e transformação social a partir da comunicação comunitária¹

Criselli MONTIPÓ²

Suzana ROZENDO³

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Resumo: Este artigo tem como objeto de estudo a comunicação comunitária produzida a partir do *street paper Boca de Rua*, de Porto Alegre. Busca-se analisar a transformação social e a afirmação da cidadania conquistada por meio do trabalho realizado por pessoas em situação de rua. Também pretende-se refletir sobre a humanização no relato que é produzido por este grupo social que divulga sua realidade com suas próprias vozes e olhares.

Palavras-chave: Cidadania; Comunicação Comunitária; Transformação Social; *Jornal Boca de Rua*

INTRODUÇÃO

A humanidade vive um momento importante de seu desenvolvimento em que a comunicação ocupa lugar de destaque nos processos sociais. Como já mencionou Pena (2005), na sociedade contemporânea não há bem mais valioso que a informação. Todos os segmentos da comunicação de massa exercem a função de informar, explicar e orientar como ressalta Lima (2004). Afinal, as informações, mesmo que indiretamente, ajudam a definir os rumos para os quais caminha a humanidade.

1 Trabalho apresentado para o V Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

2 Jornalista especialista em Didática e Docência no Ensino Superior e mestranda em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; e-mail criselli@gmail.com

3 Jornalista mestranda em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; e-mail sukirozendo@hotmail.com

No caso da comunicação voltada à cidadania, além destas características soma-se o propósito de instruir a partir da informação, ou seja, promover cidadania, transformação social. Desta forma, este artigo tem como objeto de análise o *Jornal Boca de Rua*, produzido e vendido por pessoas em situação de rua da cidade de Porto Alegre desde 1999. Portanto, as reflexões deste trabalho estão amparadas na Comunicação Comunitária e no Jornalismo Cidadão, compreendidos como a chance de democratizar a informação. No caso do *Jornal Boca de Rua* estas formas de comunicação possibilitam que a pessoa em situação de rua tenha acesso à mídia, não apenas como vendedor ou leitor, mas colabore na produção do material veiculado, já que pode participar do processo de produção dos *street papers*.

Vale lembrar que os *street papers* são revistas ou jornais que abrem espaço para as vozes das pessoas em situação de risco social e por elas são vendidos pelas cidades do mundo inteiro. A pioneira destas propostas editoriais foi a revista *The Big Issue*, em Londres, fundada em 1991 e considerada a maior do mundo (INSP, 2011). Foi este periódico inglês que impulsionou o surgimento de uma rede internacional de *street papers* (INSP) e de vários outros projetos editoriais semelhantes criados com o objetivo de estabelecer relações entre sujeitos de níveis sociais diferentes, através do processo de compra e venda dos *street papers*. Essa rede mundial de jornais de rua se caracteriza por ser um mecanismo que propõe solução para a pobreza em todo o mundo e atua como uma voz contra a injustiça, defendendo as necessidades e os direitos dos pobres (INSP, 2011). Os *street papers* tem se mostrado como uma poderosa ferramenta de transformação social na vida de pessoas consideradas excluídas da sociedade, haja vista que passam a ser notadas como trabalhadoras e não mais pelos comportamentos desviantes.

É importante ressaltar que neste mundo globalizado em que despontam a mecanização e a tecnologia, os meios de comunicação noticiosos da atualidade enfrentam uma rotina cada vez mais acirrada em busca da informação. O *deadline* e a comodidade de acesso aos meios para obtenção da informação têm afastado, muitas vezes, a essência humana dos relatos da mídia, que tem dado mais atenção à narrativa objetiva (se isso é possível), fria, carregada de números e estatísticas, sem conhecer de perto, de fato, o cidadão que sofre ou que vence em um mundo não noticiado.

Portanto, este artigo visa refletir também sobre outros aspectos da comunicação comunitária: O jornalismo produzido pelas pessoas em situação de rua é mais humanizado que os das redações? Há humanização do relato para mobilização social e conseqüente transformação de vida? Afinal, desde seu surgimento, o jornalismo tem ocupado a responsabilidade de ser mediador do espaço público, simbólico. Entretanto, Nelson Traquina já questionou: "Afinal, qual é o papel do jornalismo

na sociedade – um campo aberto que todos os agentes sociais podem mobilizar para as suas estratégias comunicacionais ou um campo fechado a serviço do *status quo*?" (2004, p.145).

Luiz Beltrão (2006) lembra que a complexidade do mecanismo social (inseguranças e crises, propagação de culturas, concentração de massas) reforçou a necessidade de uma informação que abarque todos os acontecimentos da atualidade, porque todos eles têm, podem ter ou se supõe que tenham uma influência direta sobre a vida coletiva ou pessoal de todos os homens (2006, p.15). Jorge Pedro Sousa esclarece que a produção jornalística resulta de um processo de construção onde estão em jogo fatores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e tecnológica que são difundidos pelos meios noticiosos (2002, p. 13). Portanto, tal produção é resultado de um mosaico de processos, vozes e estilos que obedece aos mesmos moldes da existência que busca retratar: a complexidade do mecanismo social. Diante disso, como o jornalismo contemporâneo tem relatado a vivência humana imbricada em sua complexidade? Tal questionamento encontra seus indícios a alguns passos atrás na história da humanidade, mais especificamente no momento em que a imprensa incorpora os moldes de fabricação capitalista de racionalidade e eficiência.

Autores como Cremilda Medina (2006) e Jorge Kanehide Ijuim (2010) lembram que este pensamento vigente se traduz nas redações na forma de padronizações de procedimentos para a constituição de modelos praticados até hoje. Segundo eles, os princípios funcional-positivistas inscritos na Modernidade impulsionaram práticas que incentivaram a separação entre o que é subjetivo e objetivo, priorizando este último nos relatos jornalísticos e, com isso, diminuíram as possibilidades de contextualização e, portanto, de humanização dos fatos narrados.

AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Neste artigo, a situação de rua é entendida como um caráter processual e transitório, não identificando diretamente o indivíduo com a rua, mas com uma circunstância adversa e possivelmente efêmera. Este termo será empregado também para evitar palavras largamente inseridas na grande mídia e nos meios sociais, como por exemplo, moradores de rua, pedintes, andarilhos, trecheiros e mendigos. Tais expressões adquiriram, historicamente, uma conotação pejorativa, em que a sociedade associa imediatamente o ato de pedir esmolas a uma profissão ou forma primeira de sustento. Quando é utilizado o termo de morador de rua, tem-se a impressão de que a condição de habitante está tão arraigada, que não há possibilidade de transformação, portanto, não se deve referir a essa população como moradores de rua ou mendigos para colaborar com a quebra de estereótipos. O termo pessoas em situação de rua, portanto, encerra preconceito e reduz a condição do indivíduo

ao simples ato de pedir doações (PEREIRA, 2008). Mattos retrata bem como a sociedade costuma enxergar a população de rua:

[...] nós as olhamos amedrontados, de soslaio, com uma expressão de constrangimento. Alguns as vêem como perigosas, apressam o passo. Outros logo as consideram vagabundas e que ali estão por não quererem trabalhar, olhando-as com hostilidade. Muitos atravessam a rua com receio de serem abordados por pedido de esmola, ou mesmo por pré-conceberem que são pessoas sujas e mal cheirosas (2004, p. 47).

As noções que circulam sobre este público, fazem com que a sociedade, mesmo que involuntariamente, os marginalize. Noutros casos, em atitudes mais violentas, pessoas ditas civilizadas e inseridas nos padrões de normalidade chegam a agredi-las verbalmente e fisicamente, ou até mesmo queimá-las, como em alguns lamentáveis casos noticiados pela imprensa (MATTOS, *idem*).

Uma das vítimas recentes dessa violência foi Renato Carlos de Sousa, de 36 anos, no dia 3 de fevereiro de 2011, em Lindóia, no interior de São Paulo. O catador de papel foi agredido e humilhado por três jovens que passavam pelo local, um deles menor de idade. Os agressores o amarraram e torturaram e só pararam com a “brincadeira” quando agentes de trânsito se aproximaram⁴.

Na abordagem deste fato, alguns meios sequer divulgaram o nome da vítima, como por exemplo, a notícia veiculada em um dos principais canais abertos da televisão brasileira que não se preocupou nem em divulgar o nome do personagem principal da história⁵. Mais um triste exemplo da desumanização comunicativa da atualidade, pois a impressão é de que estas pessoas são invisíveis, embora engordem as estatísticas que revelam o problema social.

Afinal, a lista de espera nos albergues das grandes cidades é sempre grande, bem como a fila em centros de distribuição de comidas e poucas pessoas testemunham ou se interessam por esta realidade. Em 2008, um levantamento divulgado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) mostrou que Porto Alegre tem 1.203 pessoas em situação de rua. O estudo definiu esta população como todas as pessoas que se encontram em abrigos e albergues destinados ao

4 Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/02/morador-de-rua-diz-que-estava-alcoolizado-ao-ser-agredido-em-sp.html>>. Acesso em 7 de fevereiro de 2011.

5 Disponível em: <http://www.band.com.br/primeirojornal/conteudo.asp?ID=100000396530>>. Acesso em 7 de fevereiro de 2011.

acolhimento ou abrigo temporário, assim como aqueles que se encontram em atividades de perambulação pelas ruas ou que dizem fazer da rua seu local de existência e habitação, mesmo que temporariamente (BOCK, 2008). Desta população, cerca de 1,5% ajuda na produção e venda do *Jornal Boca de Rua* em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, desde 1999.

JORNAL BOCA DE RUA

Como mencionado anteriormente, o *Jornal Boca de Rua* é uma publicação feita e vendida por pessoas em situação de rua da cidade de Porto Alegre desde 1999. Segundo a Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice) – responsável pela produção do *Jornal Boca de Rua* – textos, fotos e ilustrações são elaborados pelos sem teto durante as oficinas semanais. Apesar do trabalho ser orientado jornalistas, apenas a edição e a diagramação é executada por profissionais de comunicação. A equipe é composta por 30 adultos e 15 crianças e adolescentes. Os menores de 18 anos participam de oficinas lúdicas e educativas (brincadeiras, texto, teatro, artesanato, malabarismo e música, entre outras) que geram um encarte especial – o Boquinha. Seus pais ou responsáveis recebem uma ajuda de custo semanal. Todo o trabalho conta com a colaboração de uma equipe multidisciplinar formada educadores e psicólogos.

O dinheiro arrecadado na comercialização do veículo reverte integralmente para os integrantes do grupo, constituindo uma fonte alternativa de renda. Com isso, este meio de comunicação possui sustentabilidade empresarial, definida pelo Instituto Ethos (2008), em “assegurar o sucesso do negócio no longo prazo e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, com um meio ambiente saudável e uma sociedade estável”.

Um dos lemas da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação é dar voz a quem não tem. Além de garantir visibilidade a tais grupos, as publicações que são realizadas pelas pessoas em situação de rua com orientação de jornalistas profissionais, convidam os leitores a uma reflexão sobre uma realidade que não sai na grande mídia - a realidade das ruas (ALICE, 2011).

Nestes espaços de congregação, as pessoas em situação de rua podem sugerir conteúdos e fazer relatos sobre as experiências vivenciadas no mundo. Assim os leitores destes periódicos e a sociedade em geral podem ter contato com a realidade materializada na vida desta população.

Sobre o processo de produção das notícias, os sem-teto explicam como acontece e ressaltam que quem não faz parte do grupo, não pode vender o Boca de Rua:

Primeiro a gente se reúne em grupo e discute as pautas, respeitando um ao outro sem gritar e sem brigar. As pautas são escolhidas no grupo inteiro. São dadas várias sugestões e a gente escolhe as melhores pautas por votação. Daí nos dividimos em três grupos e cada um fica com uma pauta. Como em cada grupo tem pessoas que não sabem ler ou escrever, eles dão as suas opiniões e fazem as perguntas para as entrevistas. Quem é alfabetizado anota o que os outros dizem. Pra fazer entrevista não precisa saber ler e escrever, basta ter educação e respeito. (p.3, Ano IX, número 37).

Portanto, o jornal dá a notoriedade pública sobre a realidade nas ruas, leva a conhecimento da sociedade a situação dramática vivida pelos sem-teto sob o prisma de quem vive esta situação. Com olhares, impressões e descrições de quem esteve vivenciando o fato e, portanto, com um relato mais fidedigno do acontecimento, mais próximo da realidade, já que o próprio produtor do texto é também testemunha.

Outro aspecto a ser ressaltado é a transformação na forma como os sem-teto participantes do jornal são vistos, já que conhecidos pelo prisma de quem vive comportamentos desviantes, passam a serem vistos como trabalhadores. Sobre o comportamento desviante, Di Flora sublinha:

O comportamento desviante constitui um perigo na medida em que se apresenta como uma alternativa à margem da versão normalmente aceita como absolutamente verdadeira, pondo em risco a continuidade do sistema. Daí, a rotulação e todo o processo de estereotipia do qual dão objetos os “desvios sociais” (1987, p.46).

Portanto, além da transformação individual, com a conquista da cidadania, de um espaço no ambiente social, as pessoas em situação de rua colaboram na conscientização da sociedade sobre as assimetrias sociais, trazendo informações sobre fatos, por vezes desconhecidos da população em geral. Este relato produzido a partir de seus protagonistas, por ser mais verossímil, traz ao conhecimento de todos comportamentos (estes sim, desviantes) da população tida como normalmente aceita. Um exemplo é a matéria *Arroz com feijão e cacos de vidro*, na qual os sem-teto denunciam a prática de alguns porto-alegrenses de misturar lixo, fezes e até veneno de barata nas comidas doadas a eles.

Estão botando lixo e até vidro misturado com as comidas nos macaquinhos. Os macaquinhos são sacos onde os moradores dos apartamentos e casas costumam colocar comida para os que necessitam na rua e pendurar nos galhos das árvores ou nas grades dos edifícios. Tudo o que tá pendurado se diz que é um macaquinho, porque macaco vive dependurado. Existem casos de pessoas que foram parar no hospital porque comeram cacos de vidros em macaquinhos. [...] Genilson também ficou feliz quando encontrou um saco com chocolate, mas tinha lixo por baixo. “Tentei tirar uns chocolates que estavam mais em cima, mas não adiantou porque tinham pegado o gosto. Acho que botaram para sacanear mesmo. Eles deviam dar mais valor para o ser humano porque quem mora na rua não é bicho”, disse. (p. 6, Ano IX, número 37).

Neste relato, a descrição e a ambientação são imprescindíveis para a compreensão do fato. Além disso, a narrativa é carregada de denúncia, o que auxilia na conscientização e consequente transformação social. A narrativa humanizada do *Jornal Boca de Rua* dá outros exemplos sobre como é importante a descrição, o diálogo dos protagonistas para a verdadeira compreensão, atribuição de sentidos, pelo público receptor. É o caso de uma matéria sobre abuso de autoridade:

Gato e Rato

A gente já conhece bem a rotina. Tem variações, mas o espírito é sempre o mesmo. Durante o dia tem o cutucão com o cassetete no osso da coluna e no vazio (pegando o rim, o vazio e a boca do estômago). Se tem um muro perto, então é certo: batem com o rosto na parede. A concha no ouvido virou bom dia. Mas em geral a primeira coisa mesmo é o tapa na cara. Primeiro eles batem, depois revistam. Aí que checam os documentos. Alguns, eles conhecem. Quando estão com um colega novo, já avisam: “Este aí não precisa bater o registro porque não tá devendo”. Mas, mesmo assim, não saem sem o tchau. Sempre batem na cara. Tem uns que são ainda mais violentos, que já chegam “oitão na cara”, te tocando contra a parede e perguntando qual as tuas broncas. Se mentir, é pior.

Mas nem todas as abordagens são assim. Na quinta-feira, dia 11 de junho os cavaleiros do 4º Regime de Polícia Montada (RPmon) abordaram na elegância. Pediram que ninguém corresse e para levantar as roupas. E o sargento pegou os dados para ver se alguém tinha bronca. Como ninguém tinha, ele disse pra não fazer bagunça e deu boa tarde pra galera.

Sabemos que ninguém é santo. Dependendo do lugar dá para entender porque eles desconfiam e chegam forte. Eles não sabem a reação da pessoa nem quem ela é. Mas isso justifica o abuso de autoridade? E se a arma dispara quando eles colocam na cara do sujeito? E quando a pessoa não deve nada, por que batem? Os policiais se mordem porque a sociedade ajudam a gente mas principalmente, porque a gente sempre volta após apanhar. Parece um jogo de gato e rato. A sinaleira e as ruas são o emprego de muitos. (Jornal Boca de Rua, 2010, p. 6).

A compreensão do relato é facilitada a partir de uma narrativa descritiva. O leitor tem a sensação de presenciar o fato a partir do ritmo do texto, narrado cena-a-cena, à exemplo da própria vivência humana que mescla experiências e sentidos. Além disso, este tipo de contribuição vai ao encontro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu texto traz noções sobre os direitos sociais, econômicos e culturais a serem resguardados internacionalmente. Seu Artigo 19 diz que

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (1948).

É neste aspecto que movimentos sociais e classes subalternas, econômica e politicamente, às classes dominantes buscam expressão em meios de comunicação alternativos, comunitários. Cabe ressaltar que alguns autores têm chamado a comunicação comunitária de alternativa – além de muitos outros adjetivos que lhe são atribuídos, como, popular, participativa, dialógica, horizontal, usados geralmente como sinônimo, como lembra Peruzzo (1998). A autora lembra que periódicos inseridos nestas formas de comunicação se tornaram uma opção de leitura crítica em relação à grande imprensa (p. 120).

Para a autora estes meios, como os *street papers* que, envolvem efetivamente a participação conjunta, contribuem para uma comunicação realmente útil ao processo de educação para a cidadania: “diversificação de instrumentos, apropriação de meios e técnicas, conquista de espaços, conteúdo crítico, autonomia institucional, articulação da cultura, reelaboração de valores, formação das identidades, mentalidade de serviço, preservação da memória, democratização dos meios, conquista da cidadania” (p. 155). Afinal, Peruzzo enfatiza que este segmento da comunicação se caracteriza por sua tendência a romper a ordem do capital, integrar aquilo que o fragmenta.

HUMANIZAÇÃO NA NARRATIVA

É importante ressaltar que neste trabalho entende-se por narrativas humanizadas aquelas que priorizam um relato produzido com profundidade, com vidas, com busca de múltiplas vozes e olhares. Ou seja, quando a comunicação atende ao seu compromisso social: busca os fatos e os transmite como histórias ricas em informações – que podem ser impressões, detalhes, sensações, emoções – com o objetivo de subsidiar seu público para a formação de um conceito, uma posição sobre o assunto.

Em sua obra *Jornal escolar e vivências humanas* – um roteiro de viagem Ijuim (2005) conceitua a humanização na narrativa. O conceito é sintetizado no artigo *Algumas meias verdades sobre a narrativa jornalística...* e a busca por um jornalismo humanizado de Ijuim e Sardinha (2009):

O fazer jornalístico busca *versões verdadeiras* e não, necessariamente, *produz a verdade*, pois o jornalista não se relaciona com um objeto de conhecimento, mas com *outros seres humanos* envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação - é a expressão dos sentidos da consciência.

Na procura da essência dos fenômenos, o comunicador atribui-lhe *significados*, os *sentidos*, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas. Se busca a *compreensão*, conta com observação objetiva, mas para isso recorre a um caráter humano nato, a subjetividade, o fundo intimista capaz de tornar a narração viva – humana. A observação e a expressão dessa compreensão assim, dispõem dos recursos de todos os órgãos dos sentidos, que envolvem emoções, afetividades, *subjetividades*. (IJUIM e SARDINHA, 2009, p. 171 – itálicos do original).

Obter esses resultados pressupõe que o produtor do relato coloque-se como ser humano, pois, antes de tudo, é um cidadão e um integrante da espécie humana. Afinal, a captação das informações, além da consulta às fontes, pode contar com a observação do repórter - neste caso dos próprios sem-teto – que unirão sua dimensão objetiva e subjetiva a fim de compreender, mais amplamente, o fato que reportam. Tais impressões e depoimentos poderão ser unidos no momento de produção do texto. Entretanto, para se chegar a este resultado é preciso sair dos lugares-comuns, do molde chamado *lead*, formatando a informação de forma criativa e humanizada, com impressões e detalhes. Cremilda Medina já destacou que a arte de narrar acrescentou sentidos mais sutis à arte de tecer o presente,

pois dotado da capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, a inteligência humana organiza o caos no cosmos. "O que se diz da realidade constitui outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural – a narrativa – o humano ser não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida". (MEDINA, 2003, p. 47-48).

Neste aspecto, Chaparro (2004) ressalta que o relato humanizado é a ferramenta social para satisfazer não apenas a curiosidade das pessoas, mas o vácuo universal de noticiar o tempo e a existência humana, que vincula a comunicação, o jornalismo aos processos da vida e da cultura. É a forma de se perceber, nas manifestações do cotidiano, a complexidade dos problemas, e, pelo relato, ligá-las aos valores da vida humana, rumo à transformação. "O resgate da cena viva exige a criação de um narrador que dramatize o que se passa à sua volta. Para isso, o autor da narrativa é um ser aberto aos demais códigos da experiência social que observa" (MEDINA, 2008, p. 98).

Dotar a narrativa de traços do ambiente, dar o máximo de informações (sejam elas depoimentos ou impressões) para que os receptores possam compreender o fato. O relato humanizado também pode ser entendido como aquele que traz a figura humana sempre presente. Pode parecer redundante, mas não é. Ao analisar a imprensa cotidiana, que tem como princípio noticiar a vida humana, percebe-se que nem sempre as pessoas das quais a matéria jornalística trata, estão presentes. As rotinas profissionais da atualidade, muitas vezes, distanciam o repórter da rua, da cena viva, que deveria ser seu *habitat*.

Longe de seu espaço por excelência, a rua, muitos jornalistas acabam sucumbindo à hora de fechamento ou à comodidade dos relatórios (hoje, na maioria digitais) e esquecem-se de humanizar seus relatos, ou seja, de conversar, ver e até sentir a esfera das vidas que narram. Francisco José Castilhos Karam lembra em sua obra *Jornalismo, ética e liberdade* (1997) que a razão humana é mediada pelo conjunto de expressões que se traduz em verbalizações, imagens, memórias, sentimentos, paixões.

O jornalismo deve mostrar tudo isso. Deve mostrar tanto aquilo que “humaniza” quanto aquilo que “desumaniza” o homem. Deve mostrar tanto a singularidade do movimento cotidiano dos indivíduos quanto os comportamentos particulares dos grupos e culturas e a conexão universal entre cada indivíduo e grupo com a totalidade social (KARAM, 1997, p. 94).

Esta é uma das vantagens da comunicação comunitária praticada no *Jornal Boca de Rua*, pois o relato não tem o compromisso de ser frio ou desumano. Pelo contrário, afirma-se

também nas subjetividades humanas. Aliás, dotados de razão e emoção, os seres humanos viram a necessidade, ao longo do desenvolvimento social, de equilibrá-las a fim de bem conviverem com seus semelhantes. É necessário, no entanto, dizer que o jornalismo não pode conviver somente com “as coisas belas da vida”, como lembra Karam, precisa tratar das tragédias que esta mesma vida carrega, para, inclusive, valorizar as consideradas grandiosas. "Os valores sociais só podem ser sentidos tanto pela razão como pela paixão e emoção se estiverem ligados socialmente à diversidade em que se expressam" (1997, p. 78-79). Isso porque há valores universais como o respeito ao outro, que norteiam os fazeres comunicacionais embasados na ética.

Comunhão, a plenitude da comunicação, ocorre na tríplice tessitura da ética, técnica e estética. Ao experimentar uma narrativa ao mesmo tempo complexa, afetuosa e poética, não se escapa dos problemas da crise de paradigmas reducionistas, da crise das percepções, da aridez emocional e da crise das fórmulas aplicadas às rotinas estéticas (MEDINA, 2006, p. 69).

No caso da comunicação comunitária é preciso ir além do que é noticiado na mídia convencional, é preciso apontar soluções para problemas não resolvidos e, por vezes, negligenciados pela sociedade dita desenvolvida. Silva (2007) acredita que o *Jornal Boca de Rua* traz muitos benefícios à população de rua que o produz, tanto psicologicamente quanto de forma material, já que através do trabalho, estes sujeitos podem recuperar a autoestima e também garantir, por conta própria, a sua sustentabilidade. Contudo, o retorno pode ser ainda maior [...] caso a abordagem jornalística dos problemas [...] seja mais aprofundada e leve o público leitor a se sentir mais responsável também pela solução dos problemas (p.90) .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa sociedade em que nem sempre os meios de comunicação representam a diversidade de seu público, muitos segmentos sociais, por vezes excluídos, têm encontrado na comunicação comunitária uma forma de difundir suas ideias e seus propósitos. Afinal, um dos princípios da comunicação é que seja democrática e plural. Desta forma, estes grupos sociais agrupam-se e criam seus próprios meios de informação, sejam jornais, sejam blogs, ou programas audiovisuais nas rádios e TVs comunitárias.

É um público que clama por ser ouvido e, por sua própria força, tem criado mecanismos para ser conhecido. Como já lembrou Viana, nunca a facilidade de acesso à mídia, seja ela qual for, revelou-se tão simples e fácil para o cidadão. "É uma mudança notável. A mídia tornou-se o ator principal. O cidadão também. (2001, p. 40).

Afinal, o poder da palavra é tamanho. Ela pode ser ferramenta de transformação social. Este poder – o da palavra transformada em informação – pode ser repartido no processo de comunicação. Que vivam, então, as páginas da comunicação comunitária, que ainda resiste às tempestades e aos granizos da superficialidade da informação e, nos casos felizes, de investigação, nutrem-se da narrativa humanizada – da descrição dos ambientes, das falas, dos cheiros e das cores – e assim tornem o leitor mais próximo do mundo que está ali adiante de sua janela. Uma porção de verdade somada a uma porção de emoção pode frutificar em informação concisa e necessária para o a transformação social e crescimento de um povo.

REFERÊNCIAS

ALICE. Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação. Disponível em: <<http://www.alice.org.br>>. Acesso em 5 janeiro 2011.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do Jornalismo**. Adamantina: FAI/ Cátedra UNESCO Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional/ Edições Omnia, 2006.

BOCA DE RUA, Porto Alegre, n.37, p.3-6-24, 2010.

BOCK, Maicon. *Mais de 80% dos moradores de rua de Porto Alegre são homens*. Disponível em :<
<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a1909587.xml>>. Acesso em 12 janeiro 2011.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Por um jornalismo de pé no chão**. Disponível em: www.comunique-se.com.br, Acesso em: 13 fevereiro 2004.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: www.direitoshumanos.usp.br

DI FLORA, Marilene. *Mendigos*: Por que surgem, por onde circulam, como são tratados. Petrópolis, Rj: Vozes, 1987.

ETHOS Instituto, www.ethos.org.br, acessado em 25 de agosto de 2008.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Jornal e vivências humanas**: um roteiro de viagem. Bauru: Edusc; Campo Grande: UFMS, 2005.

_____. **Jornalismo além da fórmula**: a supervalorização do referencial estrangeiro e o desprezo às experiências brasileiras. Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da

Comunicação. Caxias do Sul, 2010. **Anais eletrônicos**. Disponível em www.intercom.com.br. Acesso em setembro de 2010.

_____. & SARDINHA Antonio C.. **Comunicação & Sociedade. Algumas meias verdades sobre a narrativa jornalística....** Ano 30. n. 51, p. 155-176, jan./jun. 2009. Metodista, 2009. Disponível em www.metodista.br/revistas/revistas-ims. Acesso em dezembro de 2010.

INSP. *International Network of Street Papers*. Disponível em: < www.street-papers.org >. Acesso em 7 fevereiro 2011.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. São Paulo: Manole, 2004.

MATTOS, Ricardo, FERREIRA, Ricardo. *Quem vocês pensam que (elas) são?* Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre, n. 16 v. 2, p. 47-58, maio-ago. 2004

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**. Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Ciência e jornalismo** – Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

_____. **O signo da relação: Comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA, Camila. *Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a População de Rua de Brasília*. Universidade de Brasília. Dissertação de mestrado, 2008.

PERUZZO, Cícilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVA, Gislene. *Contribuição ao estudo da violência: Jornal Boca de Rua e as políticas públicas para a adolescência em Porto Alegre.* 2007, 90f. Trabalho de Conclusão (Graduação em Jornalismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo.** Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2004.

VIANA, Francisco. **De cara com a mídia:** Comunicação corporativa, relacionamento e cidadania. São Paulo: Negócio Editora, 2001.